

#EconomiaCircular: Instituto Lixo Zero Portugal quer contribuir para a disseminação do conceito “lixo zero”

19 de Agosto, 2021

A Economia Circular está, hoje, subjacente em muitas empresas. Produtos sustentáveis, amigos do ambiente e com um ciclo de vida longo são, cada vez mais, uma opção. Há também quem ponha em prática estes conceitos e desenvolva os seus próprios produtos. Com o objetivo de dar “voz” a projetos de cariz sustentável, a Ambiente Magazine irá, todas as semanas, apresentar algumas iniciativas aos nossos leitores e dar a conhecer o que se faz em Portugal nesta área. Esta semana, partilhamos o projeto “**Instituto Lixo Zero Portugal (ILZP)**”.



Trata-se de uma organização sem fins lucrativos que contribui para a disseminação do conceito “Lixo Zero” em Portugal. Tem como missão articular, mobilizar e provocar novas atitudes nas comunidades nacionais e internacionais, promovendo a prática do Lixo Zero nos diversos segmentos da sociedade. E tem a visão de ser uma “referência nacional e internacional” na disseminação e aplicação do conceito Lixo Zero, fomentando a sustentabilidade da cadeia de resíduos para uma sociedade livre dos descartáveis. Quem nos diz é **Beatriz Machado**, embaixadora cofundadora e presidente do ILZP, acrescentando que, ambientalmente, o projeto tem como objetivo aproveitar ao máximo e encaminhar corretamente os resíduos recicláveis e orgânicos e a redução – ou mesmo o fim – do encaminhamento destes materiais para os aterros sanitários ou para a incineração.

Em Portugal, o ILZP representa a ZWIA (Zero Waste International Alliance), movimento internacional de organizações que desenvolvem o conceito e princípios Lixo Zero no mundo. E segundo este movimento, “Lixo Zero” é uma “meta ética, económica, eficiente e visionária para orientar as pessoas a mudarem o seu modo de vida e práticas, de forma a incentivar os ciclos

naturais sustentáveis, onde todos os materiais são projetados para permitir a sua recuperação e uso pós-consumo”. Fundado em 2020, o ILZP já conta com um balanço bastante positivo: “No ano passado, realizamos a Semana Lixo Zero, entre 23 de setembro e 1 de outubro. Este ano organizamos o Painel Portugal no Congresso Internacional Cidades Lixo Zero, em Brasília, com uma sala sobre o Movimento e outra sobre a Gestão Lixo Zero em Portugal. O nosso perfil no Instagram já é seguido por mais de mil pessoas e firmamos algumas parcerias no país”, destaca.

No que diz respeito ao futuro, o objetivo principal é a “promoção de uma economia em torno do lixo zero”, onde toda a comunidade é envolvida: “É importante que todo o país esteja envolvido, não podendo haver exceções devido a status sociais ou geografia: pensar globalmente, agir localmente”. E para tal, há dois passos importantes a ter em conta: “A certificação lixo zero em empresas e estabelecimentos e a formação da população”. Para a presidente do ILZP, só tendo uma “comunidade formada” é que “conseguimos caminhar para o grande objetivo de tornar o país lixo zero”.

[blockquote style="2"]A sustentabilidade é um problema de todos sem exceção e isso inclui Governo, empresas ou organizações e cidadãos[/blockquote]

Já sobre a situação portuguesa no que à economia circular diz respeito, Beatriz Machado reconhece que o país está num bom caminho, mas em relação a outros países, como do norte da Europa, está atrasado: “Apesar de já haver iniciativas maravilhosas, que muito têm ajudado a alterar mentalidades, ainda se descarta uma grande quantidade de resíduos para aterros e incineradoras, que podiam ser valorizados se fossem reaproveitados”. E “cada vez mandamos resíduos para aterro, estamos literalmente a enterrar dinheiro”, alerta a responsável, acrescentando que “estamos a pagar para enterrar resíduos, enquanto podíamos estar a receber dinheiro para os reciclarem”. Este é assim um problema a nível económico e ambiental, que tem que ser corrigido: “Estamos no caminho certo, só temos que ser mais rápidos, até porque não há um planeta B e o planeta que temos está saturado e a entrar em colapso”.



Na visão da presidente do ILZP, a sustentabilidade é um problema de todos sem exceção e isso inclui Governo, empresas ou organizações e cidadãos: “Para a economia circular funcionar, na hora da produção do produto, o designer já tem que pensar como será o seu

descarte. Produtos que terminam em aterros sanitários, muitas vezes são erros de design”. Posteriormente, cabe ao cidadão descartar, ou até mesmo reutilizar, corretamente o produto: “O Governo tem que criar políticas públicas mais exigentes, mas não só, também tem que dar condições para que o ciclo do produto possa ser cumprido”. E um exemplo disso são os talheres/pratos/copos de plástico descartável que agora foram proibidos, começando-se a ver cada vez mais artigos desses compostáveis: “Isso seria uma boa solução se em todo o país houvesse centrais de compostagem industrial, porque só aí é possível fazer o encaminhamento correto desses artigos”. Já para as empresas o importante é o lucro e quem o dá é o consumidor: “Por isso, se este começar a pressionar as empresas a terem políticas mais sustentáveis, as empresas vêm-se obrigadas a aceitar”. Tão importante é voltar à mentalidade onde tudo se aproveitava ao máximo: “Não precisamos de talheres descartáveis se cada pessoa tiver os seus reutilizáveis, mesmo que os descartáveis sejam produzidos com materiais mais sustentáveis”, precisa. Por isso, “sustentável mesmo é não termos que usar recursos para a produção de novos produtos, não estarmos a emitir mais gases para a atmosfera, nem a poluir lençóis freáticos”, reforça, destacando que o cidadão tem “muito poder perante os Governos e empresas”. Desta forma, “temos é que começar a ser mais ativos, a procurar mais informação, saber de onde as coisas vêm, e a reivindicar os nossos direitos, porque afinal de contas, é um direito nosso vivermos numa sociedade mais verde”, remata.

Quais as perspetivas para o futuro sobre estas matérias?

As perspetivas são muito boas. A União Europeia tem imposto novas regras muito importantes e rigorosas, para adotar o modelo de economia circular. Em 2023, todos os resíduos orgânicos terão que ser compostados, o que é uma ótima notícia, pois representam cerca de 40% do que vai para aterro em Portugal, que posteriormente emitem gases para a atmosfera, como o metano, que aumentam o efeito estufa. Até 2025, pelo menos 55% dos resíduos domésticos têm que ser reciclados ou reutilizados. Tudo isso, para quem finalmente em 2035, só 10% dos resíduos serão encaminhados para aterros, o que acompanha a filosofia do lixo zero, que tanto acreditamos ser o futuro.